

RESSALVA

Atendendo solicitação da
autora, o texto completo desta dissertação
será disponibilizado somente a partir de
13/10/2026.

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

YASMIN PENHA MORAL

SISTEMAS AGROFLORESTAIS E ALTERNATIVAS DE USO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE
DA AUTONOMIA DOS AGROECOSSISTEMAS DA COMUNIDADE TRADICIONAL
QUILOMBOLA AREIA BRANCA (BARRA DO TURVO, SÃO PAULO)

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO - SP

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

YASMIN PENHA MORAL

**Sistemas agroflorestais e alternativas de uso do território: análise da
autonomia dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola
Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo)**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas do
Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como
parte dos requisitos para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Samuel
Frederico

Rio Claro - SP
2025

M828s Moral, Yasmin Penha
Sistemas agroflorestais e alternativas de uso do território: análise da autonomia dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo) / Yasmin Penha Moral. -- Rio Claro, 2025
132 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: Samuel Frederico

1. Sistema Agroflorestal. 2. Autonomia. 3. Território. 4. Agroecossistema. I. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

YASMIN PENHA MORAL

Sistemas agroflorestais e alternativas de uso do território: análise da autonomia dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Samuel Frederico (Orientador)
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Valeria de Marcos
FFLCH/USP/São Paulo (SP)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques
ESALQ/USP/Piracicaba (SP)

Conceito: APROVADO

Rio Claro (SP), 13 de outubro de 2025.

*Dedico este trabalho ao meu avô Alberico
Penha Moral (in memoriam) e à minha avó
Yvone Penha Moral.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente aos meus pais, Elisabete e Odair, aos meus irmãos, Michel e Ramon, ao meu sobrinho Noah, e aos meus avós Alberico (*in memoriam*) e Yvone, por todo amor, confiança e incentivo. Eles sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos e são grandes inspirações para mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Samuel Frederico, expresso minha sincera gratidão pela excelente orientação ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Sua atenção, humanidade e dedicação foram fundamentais para o meu crescimento profissional. Sou profundamente grata por todo o acompanhamento, pelas orientações no desenvolvimento da pesquisa e por sua constante dedicação em cada fase desse percurso. Agradeço imensamente por todos os ensinamentos, conselhos e pelo grande exemplo de mentor, bem como pelas grandes contribuições à Geografia.

Aos membros da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca, agradeço imensamente por todo acolhimento em todas as visitas, pelo diálogo, pela abertura e por contribuírem tanto para a realização desse trabalho. Expresso toda minha gratidão e admiração ao trabalho dos agricultores e agricultoras da comunidade pela conexão com a natureza na aplicação dos princípios agroecológicos nas experiências agroflorestais.

À banca examinadora Profa. Dra. Valeria de Marcos e Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques pela disponibilidade, atenção, cuidado e pelos aprendizados que me ajudaram aprimorar a pesquisa como um todo. À Profa. Dra. Marina Castro de Almeida por todo o suporte na realização do primeiro trabalho de campo, bem como pelas dicas e conversas ao longo do mestrado. À todas professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Rio Claro por todo apoio.

À minha supervisora do exterior Profa. Dra. Kei Otsuki que me recebeu na Universidade de Utrecht (Holanda) durante o estágio de pesquisa no exterior financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (BEPE/FAPESP). Ela sempre foi atenciosa e me guiou nas atividades acadêmicas da universidade, apresentando-me aos seus colegas de pesquisa. Também agradeço ao Prof. Dr. Bishawjit Mallick pelo apoio na organização de um dos seminários em que tive a oportunidade de apresentar a pesquisa de mestrado na Universidade de Utrecht.

À minha amiga Yukari, expresso minha gratidão imensa por sua amizade, apoio e incentivo tanto no âmbito acadêmico quanto no não acadêmico. Toda a minha admiração por ela como ser humano e como pesquisadora. Ao Dr. Oane Visser, Amod e Dani, do Instituto Internacional de Estudos Sociais da Universidade de Rotterdam, que organizaram a minha segunda apresentação de pesquisa em Haia, proporcionando uma grande oportunidade de compartilhar e discutir minha pesquisa. À Heliene e ao Rishi por toda companhia, amizade, conversas e reflexões acerca da pesquisa e da vida durante o período na Holanda.

Aos meus amigos da Pós-Graduação Bruno, Henrique, Maurício, Jonathan e Anna, agradeço pela amizade, pela empatia, pelo apoio constante, pelas conversas que acolheram e orientaram e pelos conselhos que fizeram diferença em tantos momentos ao longo do mestrado. Também ressalto meu sincero agradecimento ao Bruno pelos contatos dos amigos da Holanda, pelo acolhimento e cuidado nas orientações, as quais foram primordiais para a realização do estágio de pesquisa no exterior.

Agradeço imensamente ao Leonardo, meu parceiro em todos os momentos, pelo amor, carinho, atenção, apoio e incentivo em todas as etapas e âmbitos da minha vida. Aos meus familiares Andrey, Telma, Helinho, Theo, Miguel, Marcinha, Letícia, Mara, Thiago, Lara, Luiza, Marta, Didi, Neuza, Leonir, Neiva, Vitor, Eduardo e Carol, agradeço por todo o suporte e incentivo no dia a dia, por meio de conselhos, conversas e encontros de família sempre harmoniosos e descontraídos.

Agradeço aos meus amigos da época do Ensino Médio e aos que se integraram ao grupo com o tempo, que me acompanharam nessa caminhada de amizade, companheirismo e apoio constante. Também agradeço às minhas amigas Marina e Letícia, que sempre estiveram ao meu lado desde a graduação, pelo acolhimento, conselhos, conversas, apoio e incentivo em todas as etapas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2022/13950-6 e nº 2023/14551-0. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) processo nº 130679/2023-2 pela concessão da bolsa nos primeiros meses de realização do mestrado.

RESUMO

A despeito do aumento da produtividade e da quantidade produzida, a agricultura capitalista hegemônica tem gerado uma série de problemas ambientais como desmatamento, mudanças climáticas e problemas sociais e econômicos derivados da concentração de terras. Esses impactos multidimensionais cada vez mais evidentes ressaltam a necessidade de repensar os modos de produção agrícola com alternativas de uso do território. A agroecologia surge como disciplina, prática e movimento com o objetivo de buscar alternativas ao associar a biodiversidade e a produção agrícola. Um dos tipos de prática agroecológica é o sistema agroflorestal que se destaca pelo aumento da biodiversidade relacionado à produção de alimentos, através do uso de técnicas específicas. Um dos objetivos dos modos de produção agrícola de base agroecológica é garantir a autonomia dos agroecossistemas, sem depender das imposições e recursos externos próprios do modelo convencional de agricultura. Em virtude da polissemia do conceito, o levantamento bibliográfico dessa pesquisa traz as diferentes perspectivas da autonomia. Essa pesquisa adota o conceito da autonomia como a liberdade na gestão dos agroecossistemas analisada pela forma como a base de recursos autocontrolada é constituída ao integrar aspectos ecológicos e sociais. Além disso, a autonomia se relaciona diretamente com a soberania alimentar que destaca o sentido político pelos movimentos sociais e o fortalecimento das horizontalidades. Desse modo, a pesquisa teve como objetivo principal responder se a agrofloresta agroecológica é uma alternativa de uso do território para assegurar a autonomia aos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo). Para isso, as metodologias Lume e Mesmis foi adotada para investigar os níveis de autonomia ao indicar parâmetros e critérios que possibilitam a análise do funcionamento dos agroecossistemas e a garantia do uso autônomo do território. A partir disso, essa pesquisa identificou fatores intrínsecos e extrínsecos ao agroecossistema que aumentam ou reduzem o grau da autonomia. A coprodução e o turismo agroecológico são dois fatores intrínseco e extrínseco, respectivamente, que contribuem para elevar o nível de autonomia dos agroecossistemas. A articulação organizacional e a descontinuidade das políticas públicas são dois fatores intrínsecos e extrínsecos, respectivamente, que reduzem o grau de autonomia dos agroecossistemas.

Palavras-chave: Sistema agroflorestal; Autonomia; Território; Agroecossistema.

ABSTRACT

Despite the increase in productivity and quantity produced, hegemonic capitalist agriculture has generated a series of environmental problems such as deforestation, climate change, and social and economic problems resulting from land concentration. These increasingly evident multidimensional impacts highlight the need to rethink agricultural production methods with alternatives for land use. Agroecology has emerged as a discipline, practice, and movement with the aim of seeking alternatives by associating biodiversity and agricultural production. One type of agroecological practice is the agroforestry system, which stands out for its increased biodiversity related to food production through the use of specific techniques. One of the objectives of agroecologically based agricultural production methods is to guarantee the autonomy of agroecosystems, without depending on the impositions and external resources inherent to the conventional agricultural model. Due to the polysemy of the concept, the bibliographic survey of this research presents different perspectives on autonomy. This research adopts the concept of autonomy as freedom in the management of agroecosystems analyzed by the way in which the self-controlled resource base is constituted by integrating ecological and social aspects. Furthermore, autonomy is directly related to food sovereignty, which highlights the political meaning of social movements and the strengthening of horizontalities. Thus, the main objective of the research was to answer whether agroecological agroforestry is an alternative for the use of territory to ensure autonomy for the agroecosystems of the Traditional Quilombola Community of Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo). To this end, the Lume na Mesmis methodologies were adopted to investigate the levels of autonomy by indicating parameters and criteria that allow the analysis of the functioning of agroecosystems and the guarantee of autonomous use of the territory. Based on this, this research identified intrinsic and extrinsic factors within the agroecosystem that increase or reduce the degree of autonomy. Coproduction and agroecological tourism are two intrinsic and extrinsic factors, respectively, that contribute to increasing the level of autonomy of agroecosystems. Organizational coordination and the discontinuity of public policies are two intrinsic and extrinsic factors, respectively, that reduce the degree of autonomy of agroecosystems.

Keywords: Agroforestry systems; Autonomy; Territory; Agroecosystem.

SUMÁRIO

Introdução	10
Metodologia	15
1. REVISÃO DE LITERATURA: SISTEMA AGROFLORESTAL, AUTONOMIA E TERRITÓRIO	19
1.1 Agrofloresta agroecológica como um caminho para agrobiodiversidade e reprodução social ...	19
1.2 Autonomia e agrofloresta: coprodução, empoderamento social e soberania alimentar	33
1.3 Território usado: fortalecimento da horizontalidade para agroecossistemas mais autônomos.....	43
2. A FLORESTA E O RECOMEÇO: A BUSCA PELO SENTIDO DA AGRICULTURA.....	51
2.1 Situação geográfica do município Barra do Turvo (SP): o velho e o novo.....	51
2.2 Histórico de implantação das agroflorestas: os agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca (Barra do Turvo, SP).....	62
3. FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS QUE CONTRIBUEM PARA O FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA DOS AGROECOSSISTEMAS AGROFLORESTAIS....	75
3.1 Coprodução: base de recursos produtivos e os sistemas participativos nas agroflorestas da comunidade.	75
3.2 Turismo agroecológico: as redes de apoio para a produção agroflorestal.....	100
4. FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS QUE CONTRIBUEM PARA A REDUÇÃO DA AUTONOMIA DOS AGROECOSSISTEMAS AGROFLORESTAIS.	108
4.1 Articulação organizacional: obstáculos para o enfrentamento das questões da logística de comercialização e da demanda por força de trabalho.....	108
4.2 A descontinuidade das políticas públicas	114
Considerações finais.....	122
Referências bibliográficas	126

Introdução

A agricultura convencional, derivada da Revolução Verde, tem contribuído para o agravamento de problemas ecológicos e sociais, como o desmatamento, as mudanças climáticas, a contaminação hídrica e o aumento de conflitos socioterritoriais (Fernandes, 2012; Rosset; Altieri, 1997; Porto-Gonçalves, 2006; Patel, 2013). Como afirma Borras et al. (2012), os sistemas agroalimentares desempenham um papel crucial e desafiador, sendo tanto a causa quanto a solução para muitos desses problemas. Assim, é urgente buscar alternativas para mitigar os impactos ecológicos e sociais da agricultura convencional, o que implica em explorar novas formas de uso do território.

Para Santos e Silveira (2006), o território usado, sinônimo de espaço geográfico, é definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo um espaço de todos que engloba pessoas, instituições e empresas de todos os tipos (Santos 1998; 2006). A forma como o território é usado não se restringe às práticas e metodologias da agricultura convencional, mas também abarca outros tipos de produção. Na busca por modelos produtivos alternativos, a implementação e disseminação da agroecologia e suas diversas abordagens como ciência, prática e movimento social são fundamentais (Wezel et al., 2009).

Um dos tipos de produção alternativa é o sistema agroflorestal agroecológico. A ênfase na caracterização agroecológica deve-se ao fato de nem todos os sistemas agroflorestais poderem ser considerados agroecológicos (Ollinaho; Kröger, 2021). Para tanto, precisam apresentar o que denominam de “boa transição agroflorestal”, baseada no cultivo biodiverso conciliado à redução do uso de insumos externos em busca da autonomia do agroecossistema. Os autores ressaltam também que existem sistemas agroflorestais, que apesar de utilizarem essa denominação, adotam práticas que provocam impactos ecológicos e sociais negativos, como o contínuo desmatamento da vegetação, apropriando-se de alguns elementos do modelo agrícola hegemônico.

A agrofloresta agroecológica é um sistema de uso da terra que combina espécies arbóreas e não arbóreas manejadas em uma mesma unidade produtiva, ou seja, em um único agroecossistema (Miccolis et al., 2019; Nair, 1999). O agroecossistema é definido como um “ecossistema cultivado e socialmente gerido” (Petersen et al., 2021, p. 27). Como objeto de estudo da agroecologia, ele proporciona uma visão holística sobre os múltiplos aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos envolvidos em um modelo agrícola (Petersen et al., 2021). Os agroecossistemas que adotam a agrofloresta como modo de produção apresentam

diversos benefícios, como a modificação do microclima e o aumento da biodiversidade, fatores que contribuem para a redução do risco de ocorrência de pragas e doenças (Ollinaho e Kröger, 2021).

Um dos objetivos das agroflorestas agroecológicas é a busca por maior autonomia. Em uma primeira abordagem, a autonomia pode ser definida como “a liberdade para tomar decisões sobre o uso dos recursos e como combiná-los” (Ploeg et al., 2019, p. 10, tradução). Diferentemente da agricultura convencional, dependente da importação de sementes e insumos e da contratação de força de trabalho, a abordagem agroecológica se fundamenta na reprodução interna e controlada dos recursos presentes na propriedade agrícola, evitando a dependência das agroindústrias capitalistas como forma de buscar autonomia (Ploeg, 2011). Segundo o autor, ao reduzir a dependência de materiais, insumos e mão de obra externa, a criação de uma base interna de recursos se fortalece, materializando a autonomia dos agroecossistemas.

De acordo com Ploeg (2008; 2019), a autonomia é alcançada pela retroalimentação da base de recursos autogerida também chamada de base de recursos autocontrolada. A base de recursos é composta pela coprodução, que abrange um conjunto de estratégias que influenciam o processo de produção agrícola em um agroecossistema (Petersen et al., 2021; Ploeg e Schneider, 2022; Ploeg, 2008; 2011; 2012). Dessa forma, alcançar maior autonomia nos agroecossistemas está diretamente relacionado às estratégias adotadas no processo de produção agrícola que formam a base de recursos autocontrolada.

Além disso, a autonomia também é associada à soberania alimentar, como um fator fundamental nas estratégias de produção para a constituição de uma base de recursos autogerida em agroecossistemas com maior autonomia, destacando o seu sentido político. Uma das principais finalidades dos movimentos sociais relacionados à soberania alimentar é a luta pela autonomia contra as imposições capitalistas do sistema alimentar neoliberal (Jansen, Vicol e Nikol, 2022). O conceito de autonomia na soberania alimentar enfatiza a demanda pelo controle dos agricultores sobre o processo de tomada de decisão, bem como sua participação ativa na formulação de políticas públicas (Breton et al., 2022).

Levando em conta que a agricultura capitalista hegemônica se fundamenta no uso intensivo de insumos químicos, na irrigação e na mecanização, o que acentua a dependência de recursos externos ao agroecossistema para sua manutenção, esta dissertação busca analisar em que medida o desenvolvimento de sistemas agroflorestais contribui para a ampliação da autonomia no uso do território dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola

Areia Branca, associada à Associação de Produtores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta).

Para analisar o grau de autonomia dos agroecossistemas da comunidade Areia Branca, a pesquisa focou na identificação dos potenciais e dos desafios para a ampliação da base de recursos autocontrolada nos sistemas agroflorestais. Para isso, utilizou-se o Método de Análise Econômico-ecológica dos Agroecossistemas combinado ao Quadro para a Avaliação de Sistemas de Gestão de Recursos Naturais incorporando Indicadores de Sustentabilidade para uma análise qualitativa sobre o funcionamento dos agroecossistemas agroflorestais. Essa metodologia engloba tanto elementos materiais (solo, água, equipamentos) como elementos imateriais (sociais e institucionais, como a força de trabalho) como uma forma de investigar a autonomia dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca (Barra do Turvo, São Paulo).

A Comunidade Tradicional Quilombola está situada às margens do Rio Pardo, na região do Vale do Ribeira, na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná. Conforme o inciso III do Artigo 2º da Lei nº 12.810, de 28 de fevereiro de 2008 (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), foi incorporada à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) dos Pinheirinhos, junto às comunidades tradicionais Pinheirinho dos Francos e Pinheirinho das Dúvidas. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2025), a comunidade de Areia Branca, no município de Bocaiuva do Sul (PR), é certificada como Comunidade Remanescente Quilombola.

A escolha da área de estudo baseou-se em um levantamento bibliográfico sobre experiências agroflorestais no Brasil. Após a seleção de algumas iniciativas, optou-se pela análise da Cooperafloresta, por se tratar de uma das principais referências na consolidação e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais agroecológicos no país. Para determinar com maior precisão a comunidade a ser investigada, realizou-se um trabalho de campo exploratório no Vale do Ribeira, região em que a Cooperafloresta desempenha papel central na implementação de sistemas agroflorestais e atua como intermediária na distribuição e comercialização dos produtos dos grupos associados.

Além do levantamento bibliográfico sobre a Cooperafloresta, foram realizados contatos telefônicos com ex-funcionários da associação, os quais sugeriram procurar um produtor rural com histórico de intensa atuação política na organização. Ao chegar a Barra do Turvo, o pesquisador hospedou-se na propriedade do produtor, onde ele relatou ter se distanciado da

Cooperafloresta, descrevendo as dificuldades relacionadas à produção agroflorestal e a desestruturação das políticas públicas ocorrida após o período de expansão, até o início da década de 2010.

A partir dessas conversas, o produtor sugeriu a visita à Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca, considerando seu destaque na manutenção de participação ativa na Cooperafloresta, nas experiências agroflorestais e na organização social interna. A visita à comunidade confirmou sua forte organização social e política, evidenciada pela prática de mutirões semanais, pelos sistemas agroflorestais produtivos e pelo engajamento político de seus membros. Esse contexto reforçou a escolha da Areia Branca para a pesquisa. Entre as comunidades associadas, revelou-se relativamente mais organizada e politicamente ativa, tornando-se um caso emblemático para compreender os desafios e potencialidades da autonomia dos sistemas agroflorestais agroecológicos do Vale do Ribeira.

Entre os membros da Cooperafloresta, a comunidade de Areia Branca destaca-se como uma das experiências mais antigas e consolidadas em sistemas agroflorestais. Desde 2006, quando se tornou oficialmente associada, seus agricultores participaram de capacitações voltadas aos sistemas agroflorestais, incorporando gradualmente os princípios e práticas da agroecologia em suas atividades cotidianas. Como ressaltava Andrade (2019) e também relatam os próprios agricultores, o processo de aprendizado é contínuo, sendo construído por meio de tentativas, erros e acertos, o que resulta em saberes práticos sobre a adaptação das agroflorestas à realidade local.

A população da comunidade de Areia Branca é composta predominantemente por adultos e idosos, refletindo um quadro de envelhecimento. Distante dos centros urbanos, a base produtiva concentra-se nos sistemas agroflorestais, com comercialização realizada por meio da Cooperafloresta e vendas diretas. A comunidade também conta com uma agroindústria local voltada ao processamento de banana e mandioca chips, atividade liderada por mulheres e destinada à agregação de valor aos produtos. Considerando sua trajetória histórico-geográfica, Areia Branca constitui uma das experiências mais estruturadas da associação, contribuindo para a análise do uso do território como alternativa agroecológica e para a compreensão dos graus de autonomia alcançados.

Para responder à questão central, a dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo compreender os principais conceitos utilizados nesta pesquisa, como: agrofloresta, agroecologia, autonomia e território usado. A busca por modelos

alternativos de uso do território se inicia com uma breve discussão sobre agroecologia a fim de apresentar as principais características dos sistemas agroflorestais de base agroecológica voltados para os processos sucessionais. Como um dos objetivos da gestão dos agroecossistemas associados aos sistemas agroflorestais, o conceito da autonomia é apresentado sob diferentes perspectivas teóricas que ressaltam o seu caráter polissêmico e o sentido adotado para o desenvolvimento da pesquisa. O conceito de território usado é articulado com os modos de produção alternativos de base agroecológica e o fortalecimento do vetor horizontal, tendo como exemplo a comunidade Areia Branca.

O segundo capítulo tem como propósito apresentar a situação geográfica do município de Barra do Turvo (SP), onde se localizam a Associação Cooperafloresta e a Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca. A primeira parte do capítulo analisa as características particulares do contexto local que evidenciam a vulnerabilidade socioeconômica da região. Em seguida enfatiza a formação da associação Cooperafloresta e a adoção da prática agroflorestal, tal como o histórico e relação com a comunidade. Desse modo, o objetivo principal desse capítulo é analisar o contexto local das experiências agroflorestais, sendo um dos principais elementos para compreender o funcionamento dos agroecossistemas específicos.

O terceiro e o quarto capítulo tem o intuito de desenvolver a ideia diretriz, ou seja, responder à questão central sobre o grau de autonomia dos agroecossistemas da Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca. O terceiro capítulo foca nos fatores intrínsecos e extrínsecos que fortalecem a autonomia dos agroecossistemas agroflorestais, a coprodução e o turismo agroecológico. Já o quarto capítulo também destaca dois fatores, a articulação organizacional e a descontinuidade das políticas públicas, um intrínseco e outro extrínseco, que reduzem a autonomia dos agroecossistemas agroflorestais.

Considerações finais

O sistema agroflorestal desenvolvido na Cooperafloresta, especialmente na Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca, teve origem a partir de influências externas, sendo inicialmente concebido como uma alternativa aos desafios socioeconômicos enfrentados pela população de Barra do Turvo (SP) e seu entorno. Embora a proposta das agroflorestas tenha sido introduzida por pessoas de fora do contexto local, sua adoção não se deu de forma impositiva. Pelo contrário, cada agricultor fez, de maneira autônoma, a escolha de incorporar o sistema agroflorestal como base de seu modo de produção.

A agrofloresta ganhou sentido próprio no território, consolidando-se por meio de práticas e princípios que fortaleceram os vínculos comunitários e a organização coletiva. A partir dessa experiência, a associação Cooperafloresta passou a desempenhar um papel central na articulação entre as famílias, promovendo relações horizontais e trocas de saberes. Assim, o que começou como uma proposta externa foi ressignificado e apropriado pelas comunidades, tornando-se parte da dinâmica produtiva local.

A ideia da agrofloresta foi atrativa aos agricultores locais, principalmente, pelo alto índice de pobreza objetiva e subjetiva de Barra do Turvo. É preciso destacar que o índice de pobreza subjetiva demonstra a percepção que a população local tem sobre o grau de pobreza do município (IBGE, 2003). Isso justifica a busca por alternativas produtivas como os sistemas agroflorestais, como um possível caminho para a superação da vulnerabilidade socioeconômica e como forma de reforçar o grau de autonomia e soberania alimentar.

Nenhum agroecossistema possui autonomia total ou nula. Aliás, essas duas condições extremas não correspondem aos objetivos buscados, uma vez que a agricultura é indissociável das relações sociais. O propósito é refletir sobre se, e em que medida, a influência externa contribui de forma positiva ou negativa para o funcionamento dos agroecossistemas com enfoque agroflorestal e agroecológico. No caso da Areia Branca, os agroecossistemas agroflorestais apresentaram um grau de autonomia parcial, determinado por potenciais e fragilidades expressos em fatores tanto intrínsecos quanto extrínsecos.

A coprodução, ou seja, as estratégias produtivas da Areia Branca destacadas pelas abordagens participativas e pelo processamento de produtos, constitui um fator intrínseco que fortalece a autonomia na dinâmica dos agroecossistemas. A Comunidade Tradicional Quilombola Areia Branca impulsiona a promoção e a conservação da biodiversidade associada

ao uso dos recursos locais de forma eficiente e com a co-criação do conhecimento pelo sistema participativo. O cultivo biodiverso é guiado pelo processo sucessional das espécies, dispostas conforme a interação benéfica entre elas, tal como o uso do material da poda para a criação de biomassa, o que favorece a fertilidade do solo. Isso requer planejamento por parte dos agricultores, cada um atuando em sua área e trocando experiências, o que contribui para ampliar o conhecimento sobre os agroecossistemas agroflorestais adaptados ao contexto local.

A co-criação do conhecimento entre os membros da comunidade e da Cooperafloresta é impulsionada pelas abordagens participativas associadas à certificação orgânica da Rede Ecovida. A associação reconhece a partilha de saberes como um princípio fundamental, vinculando-a à produção de alimentos orgânicos diversificados e certificados, o que agrega valor ao processo produtivo e aos produtos resultantes. Assim, a Rede Ecovida exerce um papel primordial na sistematização, conexão e valorização dos produtos agroflorestais, além de fomentar produções agroecológicas alternativas..

A agroindústria é uma estratégia produtiva que beneficia tanto a Cooperafloresta quanto a comunidade de Areia Branca. No caso da Cooperafloresta, os produtos que não são vendidos nas feiras ecológicas são processados para evitar a perda dos alimentos in natura. Já na comunidade de Areia Branca, a agroindústria tem como objetivo processar a banana e a mandioca, aumentando a durabilidade desses produtos, uma vez que a comunidade está mais distante dos centros de comercialização. Assim, a agroindústria de Areia Branca expressa uma particularidade local, funcionando como uma alternativa para agregar valor aos produtos.

Um ponto a ser destacado sobre a agroindústria da Areia Branca é a responsabilidade das mulheres pelo processamento da banana e da mandioca. Isso evidencia o protagonismo e a liderança feminina na ocupação de espaços no processo produtivo, superando o papel tradicional que as limitava ao cuidado do núcleo familiar, conforme a estrutura convencional da vida no campo. Os princípios agroecológicos evidenciam o potencial para a promoção da equidade de gênero, já que Barra do Turvo é um município que possui um índice expressivo de desigualdade de gênero em relação aos estabelecimentos agrícolas (Censo Agro, 2017). Logo, a equidade de gênero é um pilar fundamental na estrutura organizativa dos agroecossistemas, sendo necessário aprofundar estudos futuros sobre os potenciais agroflorestais como suporte para essa equidade.

Na dinâmica produtiva da Areia Branca, as abordagens participativas não são evidentes apenas como fator intrínseco sobre o funcionamento interno da comunidade ligada à associação,

mas também como fator extrínseco. O turismo agroecológico é um fator extrínseco que eleva o grau de autonomia dos agroecossistemas da Areia Branca. Ele consiste em uma externalidade que contribui para a viabilização das agroflorestas, ou seja, são elementos externos que promovem a autonomia dos agroecossistemas. Isso ocorre por meio dos aspectos materiais e imateriais das visitas à comunidade, que permitem conhecer as experiências locais e proporcionam complementação da renda monetária, diálogo e construção de diversas formas de saberes, seguindo os princípios agroecológicos.

Entre 2014 e 2023, a comunidade recebeu visitantes de diversas regiões do Brasil e de outros países. A ocupação desses visitantes era majoritariamente composta por membros de assentamentos e instituições de pesquisa, o que demonstra o vínculo com coletivos agroecológicos, redes camponesas e o meio acadêmico. Seguindo os princípios agroecológicos, a conexão com instituições de pesquisa posiciona a comunidade como uma referência na troca entre o conhecimento científico e o saber local, possibilitando a construção coletiva do conhecimento por meio de pesquisas participativas. Nesse sentido, o turismo agroecológico se destaca como uma alternativa para aumentar a renda da comunidade, ao mesmo tempo em que fortalece o diálogo para a valorização e o reconhecimento do modo de produção agroflorestal adotado pelas comunidades quilombolas.

Apesar dos potenciais para a promoção da autonomia nas estratégias produtivas da Areia Branca, a comunidade também enfrenta desafios a serem superados, relacionados à articulação organizacional (fator intrínseco) e à descontinuidade das políticas públicas (fator extrínseco). Eles envolvem a articulação organizacional entre a produção agroflorestal biodiversa e os canais de comercialização mais consolidados, assim como a demanda por força de trabalho. Os agroflorestores quilombolas da comunidade estão em constante busca por alternativas e inovações para a superação desses desafios, como discutido sobre investimentos em maquinários em uma das visitas à comunidade. Uma das principais formas de superar esses desafios são os investimentos oriundos de instituições governamentais, como por meio de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e, em específico, às produções agroecológicas.

Entretanto, existem obstáculos que dificultam a formulação e operacionalização das políticas públicas. Elas são cruciais para viabilizar produções biodiversas de base agroecológica, uma vez que oferecem diferentes tipos de apoio e incentivos, especialmente em relação à logística de escoamento dos produtos. No entanto, a construção de políticas públicas a longo prazo apresenta um grande obstáculo. Isso se dá pela instabilidade política que as torna

descontínuas, afetando diretamente aqueles que são atendidos por elas. Um exemplo sobre a descontinuidade é o PAA, o qual apresentava grande relevância no escoamento dos produtos, principalmente dos pequenos produtores.

Embora se enquadrem como um fator extrínseco, as políticas públicas não representam uma dependência externa capaz de impedir o avanço das produções agroflorestais. Na verdade, o aumento do grau de autonomia não exclui as dependências externas, mas exige que sejam delineados os laços de dependência que possam viabilizar as produções agroflorestais sem comprometer a autonomia do agricultor na gestão dos agroecossistemas. Quando há apoio institucional para o desenvolvimento dos sistemas agroflorestais agroecológicos, visando ao enriquecimento da base de recursos materiais e imateriais, a autonomia dos agroecossistemas é fortalecida, seguindo a perspectiva de Ploeg.

Desse modo, é necessário construir políticas públicas voltadas às produções agroecológicas, com foco na melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida no campo. Essas políticas representam uma alternativa para o fortalecimento da base de recursos dos agroecossistemas, consolidando-se como um dos pilares da autonomia. Além disso, elas constituem um caminho para enfrentar desafios relacionados à soberania alimentar, ao envelhecimento da população rural (sucessão geracional) e à desigualdade de gênero, sendo temáticas fundamentais para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments*. Agriculture, Ecosystems and Environment, v. 93, p. 1–24, 2002.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*. Revista NERA, ano 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

ANDRADE, D. V. P. *Agricultura, meio ambiente e sociedade: um estudo sobre a adotabilidade da agricultura sintrópica*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Conservação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, RJ, 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO BAIRRO AREIA BRANCA. Vitrine da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://sistemasweb.mda.gov.br/vitrine/produtor/6639/index.html>. Acesso em: 28 out. 2025.

BIASE, L. *Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico?: dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BORRAS, S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, p. 402–416, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5873.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7775.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. *Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia para o PLANAPO 2024-2027*. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2024. Disponível em: www.agroecologia.org.br. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRETON, V. et al. Peasant and indigenous autonomy before and after the pink tide in Latin America. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, n. 3, p. 547–575, 2022.

CANUTO, J. C. et al. Conhecimento como base para a construção de sistemas agrícolas biodiversos. In: CANUTO, J. C. (org.). *Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões*. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar – DATER: IICA, 2004.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, v. 22, p. 461-474, 2010.

CERRETA, C. C.; PUERTO, C. B.; MAYSONNAVE, G. S. Agroecologia e turismo: reflexões e saberes transdisciplinares para o desenvolvimento sustentável. *Extensão Rural DEAER, CCR, UFSM*, Santa Maria, v. 27, n. 3, 2020.

COOPERAFORESTA. *Cooperafloresta – Agricultura e Agrofloresta*. Disponível em: <https://cooperafloresta.org.br/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ECOVIDA. Princípios. Ecovida, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ecovida.org.br/info/sobre/principios/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

EDUARDO, M. F.; FINATTO, R. A.; KONRAD, J. A. A construção de redes no mercado de produtos orgânicos: o caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2023.

FAKIH, T. A. *Políticas públicas e comunidades quilombolas: o modo de vida quilombola da Comunidade Sapatu*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24–34, 2012.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 17, 2013.

FREDERICO, S.; MORAL, Y. P. Sistema agroflorestal e autonomia: uma revisão sistemática. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 25, n. 63, p. 190-209, 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. Rome: FAO, 2018.

FOSTER, J. B. Marx and the Rift in the Universal Metabolism of Nature. *Monthly Review*, v. 65, n. 7, p. 1-19, 2013.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Certificação Quilombola. Publicado em: 11 nov. 2022. Atualizado em: 12 mai. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 28 out. 2025.

GIOPPO, G. P. O Capital de Marx sob a perspectiva do colapso ambiental: do fetichismo da mercadoria à ruptura metabólica. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 110-133, 2021.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 3, p. 545–564, 2017.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Seção especial – Territorialización de la agroecología, v. 58, p. 708-732, 2021.

IBGE. IBGE lança mapa de pobreza e desigualdade - 2003. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 18 dez. 2013. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13594-asi-ibge-lanca-mapa-de-pobreza-e-desigualdade-2003> Acesso em: 15 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JANSEN, K. The debate on food sovereignty theory: agrarian capitalism, dispossession and agroecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 42, n. 1, 2014.

JANSEN, K.; VICOL, M.; NIKOL, L. Autonomy and repeasantization: conceptual, analytical, and methodological problems. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, n. 3, p. 489–505, 2022.

KRASUCKI, L. B. *Cultivando a floresta: sistemas de conhecimento e agroflorestas em Barra do Turvo-SP*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MCMICHAEL, P. Historicizing food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 933-957, 2014.

MARCHETTI, F. *et al.* Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020.

MARQUES, P. E. M. Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a criação do Pronaf. *Raízes*, Campina Grande, v. 22, n. 2, p. 16–28, 2003.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MARQUES, P.; MOAL, M. F. L. Le Programme d'Acquisition d'Aliments (PAA) au Brésil: l'agriculture locale et familiale au cœur de l'action publique en vue de la sécurité alimentaire. *VertigO – La Revue Électronique en Sciences de l'Environnement*, v. 14, n. 1, 2014.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. *Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: el marco de evaluación MESMIS*. México: GIRA/Mundi-Prensa, 1999.

MICCOLIS, A. *et al.* Restoration through agroforestry: options for reconciling livelihoods with conservation in the Cerrado and Caatinga biomes in Brazil. *Experimental Agriculture*, v. 55, p. 208-225, 2019.

MICHELETTI, D. H.; CORRÊIA, A. F. O uso da energia solar fotovoltaica como incentivo ao desenvolvimento rural sustentável. *Conjecturas*, v. 22, n. 14, 2022.

NAIR, P. Q. R. State-of-the-art of agroforestry systems. *Forest Ecology and Management*, v. 45, p. 5-29, 1991.

NYÉLÉNI. Homepage. Nyéléni, [s.d.]. Disponível em: <https://nyeleni.org/en/homepage/>. Acesso em: 05 ago. 2025.

OLLINAHO, O. I.; KRÖGER, M. Agroforestry transitions: the good, the bad and the ugly. *Journal of Rural Studies*, v. 82, p. 210-221, 2021.

PASINI, F. S. *A agricultura sintrópica de Ernst Götsch: história, fundamentos e seu nicho no universo da agricultura sustentável*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PATEL, R. Food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009.

PATEL, R. The long green revolution. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 1, p. 1–63, 2013.

PAULA, A. M.; MONTENEGRO GÓMEZ, J. R.; MARCHIORO TRACZ, C. A. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. *Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 18, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v18i1.4697>.

PENEIREIRO, F. M. *Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

PERIN, G. *et al.* A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2021. (Texto para Discussão, n. 2691).

PETERSEN, P. *et al.* Metamorfose agroecológica: um ensaio sobre agroecologia política. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Internacional da Andaluzia, 2013.

PETERSEN, P. *Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas*. Rio de Janeiro: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, 2017.

PETERSEN, P. *et al.* *LUME: método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas*. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021.

PIMBERT, M. Food sovereignty and autonomous local systems. In: PIMBERT, M.; SHINDELAR, R.; SCHÖSLER, H. (ed.). *Think global, eat local: exploring foodways*. Munich: RCC Perspectives, n. 1, p. 37–43, 2015.

PIMENTEL, A. G. *et al.* A repressão político-judicial do Estado: a violência legítima da operação agro-fantasma e suas consequências para os agricultores camponeses da Região Sudeste do Paraná. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 17, n. 2, p. 246-264, 2017.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

PLOEG, J. D. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Earthscan, 2008b.

PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, ano 13, n. 17, p. 114-140, 2011.

PLOEG, J. D. The drivers of change: the role of peasants in the creation of agro-ecological agriculture. *Agroecología*, v. 16, p. 47-54, 2012.

PLOEG, J. D. *et al.* The economic potential of agroecology: Empirical evidence from Europe. *Journal of Rural Studies*. 71 v., p. 46-64, 2019.

PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. Autonomy as a politico-economic concept: peasant practices and nested markets. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, n. 3, p. 529–546, 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. *Society and Natural Resources*, v. 10, n. 3, p. 283–295, 1997.

ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. *Agroecology: science and politics*. Rugby (UK): Practical Action Publishing, 2017.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. *Agroecologia: ciencia y política*. 3. ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología – SOCLA, 2018.

ROSSET, P. M. *et al.* Critical Latin American agroecology as a regionalism from below. *Globalizations*, v. 45, n. 1, 2021.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 56-63, 2011.

SANKEY, K. From survival to self-governance: a comparison of two peasant autonomy struggles in Colombia's coffee and frontier regions. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, p. 506-528, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/joac.12465>.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, D.; BAHIA, V. G.; TEIXEIRA, V. G. Queimadas e erosão do solo. *Informações Agropecuárias*, Belo Horizonte, v. 16, n. 176, p. 62-68, 1992.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 12.810, de 21 de fevereiro de 2008*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Florestal. Programa de conservação da palmeira juçara: repovoamento. Fundação Florestal, 2024. Disponível em: <https://fflorestal.sp.gov.br/programa-de-conservacao-da-palmeira-jucara/#repovoamento>. Acesso em: 2024.

SHATTUCK, A.; SCHIAVONI, C. M.; VANGELDER, Z. Translating the politics of food sovereignty: digging into contradictions, uncovering new dimensions. *Globalizations*, v. 12, n. 4, p. 421–433, 2015.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, p. 379–405, 2010.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Revista Território*, v. 4, n. 6, 1999.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, A. L. A.; IBÁÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M. (orgs.). *Saúde, desenvolvimento e território*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

SILVEIRA, M. L. El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo. *Revista GeoSur*, v. 5, n. 7, 2014.

SILVEIRA, M. L. Espaço geográfico y fenómeno técnico: cuestiones de método. *Punto Sur*, v. 1, p. 6-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/ps.n1.6910>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SOCIODESENVOLVIMENTO. Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos de Barra do Turvo. 2025. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/en/arp/4932?utm_source. Acesso em: 28 out. 2025.

STEENBOCK, W. et al. (org.). *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013.

STEENBOCK, W. et al. Agrofloresta agroecológica: por uma (re)conexão metabólica do humano com a natureza. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável – GUAJU*, Matinhos, v. 6, n. 2, 2020.

TEIXEIRA, B. B. *A agricultura familiar entre a ruralidade e a urbanização do campo: entraves e superações (re)produtivas no caso de Piracicaba (SP)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2022.

TRAUGER, A. Toward a political geography of food sovereignty: transforming territory, exchange and power in the liberal sovereign state. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1131–1152, 2014.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 503–515, 2009.